



 Editar

Seleção de Candidatos para os Programas de Pós-Graduação Lato Sensu do IDP Online.



Início das Aulas
Agosto/2025



Turma
2025.2

idp

1. Preâmbulo

As Coordenações dos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do IDP, no uso de suas atribuições, torna público e estabelece as normas da seleção de candidatos/as para as pós-graduações lato sensu no Programa de Bolsas do IDP.

2. Do Objeto

Esta chamada dispõe sobre a realização de seleção para discentes bolsistas sob o critério das ações abaixo apresentadas. A seleção é pública, dirigindo-se às/aos portadoras/es de diploma de graduação de quaisquer universidades, públicas ou privadas, do país. São ofertadas vagas para os cursos:

Pós Graduação

Advocacia em Direito Privado e Empresarial, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Digital, Dados e IA, Direito Eleitoral, Direito Legislativo, Direito Penal e Processual Penal, Direito Processual Civil, Direito Tributário, Licitações e Contratos, Governo Digital, IA e Inovação no Setor Público.

MBA

Direito e Regulação do Setor Elétrico, Gestão Pública e Políticas Públicas, Inteligência Artificial e Ciência de Dados, ESG, Políticas Públicas e Mudanças Climáticas, Relações Institucionais e Governamentais (RIG).

O quantitativo de vagas são: 4 vagas.

Edital

3. Dos Deveres da/o Bolsista do IDP Online

As/os bolsistas selecionadas/os/es comprometem-se a cumprir com as seguintes obrigações:

- 1. Submissão de, ao menos, quatro artigos por mês (1500 a 2000 palavras) no formato explicado no item a seguir.**
- 2. Submissão de, ao menos, um artigo por mês (mais de 3500 palavras) no formato explicado no item a seguir.**
- 3. Uma produção de conteúdo, em vídeo, para as redes sociais do IDP Online.
- Data a combinar com a equipe de Marketing.**

4. Das Normas dos Artigos de 1500 a 2000 Palavras

- a.** Ser inédito (não publicado em livros, revistas especializadas ou na imprensa em geral) e apresentar propriedade técnico-jurídica; relevância nacional e internacional do tema abordado, fluência redacional, correção gramatical e respeito a aspectos éticos e científicos;
- b.** Apenas serão aceitos os artigos enviados em formato .doc ou .docx;
- c.** O texto deve conter de 1500 a 2000 palavras, com parágrafos curtos (de até 4 linhas);
- d.** O texto deve seguir as seguintes características: fonte Arial; corpo 12; alinhamento à esquerda, sem separação de sílabas; espaço de 1,5 entre as linhas; em papel tamanho A4; notas de rodapé explicativas no fim do artigo em que for citada a referência, sendo que as Referências deverão seguir as Normas da ABNT (NBR 6023/2018).

e. O texto deve conter: Título; Introdução; Desenvolvimento (Tópicos dos temas); Conclusão; Referências.

f. Devem ser escritos de forma clara e objetiva, com tom de linguagem pessoal.

g. O artigo deve ser dividido em subtítulos. (Por exemplo, se o tema é Reforma Trabalhista, o primeiro subtítulo pode ser "O que é Reforma Trabalhista?", o segundo "Qual a importância da Reforma Trabalhista?")

h. A escolha/aprovação do tema e da palavra chave será realizada junto com o Marketing. Deve-se repetir a palavra chave, de forma natural, ao longo do artigo, podendo fazer uso de sinônimos.

i. Cada citação no corpo de texto deve corresponder a uma referência completa na lista de referências ao final do artigo. As citações devem ser feitas na língua do artigo. No caso de citações cuja fonte original seja em língua estrangeira, a pessoa autora deve traduzir e indicar na referência a expressão "tradução nossa". Após a publicação do artigo não haverá mais a possibilidade de alterações, tanto dos dados pessoais quanto dos conteúdos anexados.

5. Das Normas dos Artigos de Mais de 3500 Palavras

a. Ser inédito (não publicado em livros, revistas especializadas ou na imprensa em geral) e apresentar propriedade técnico-jurídica; relevância nacional e internacional do tema abordado, fluência redacional, correção gramatical e respeito a aspectos éticos e científicos;

b. Apenas serão aceitos os artigos enviados em formato .doc ou .docx;

c. O texto deve conter mais de 3500 palavras, com parágrafos curtos (de até 4 linhas);

d. O texto deve seguir as seguintes características: fonte Arial; corpo 12; alinhamento à esquerda, sem separação de sílabas; espaço de 1,5 entre as linhas; em papel tamanho A4; notas de rodapé explicativas no fim do artigo em que for citada a referência, sendo que as Referências deverão seguir as Normas da ABNT (NBR 6023/2018).

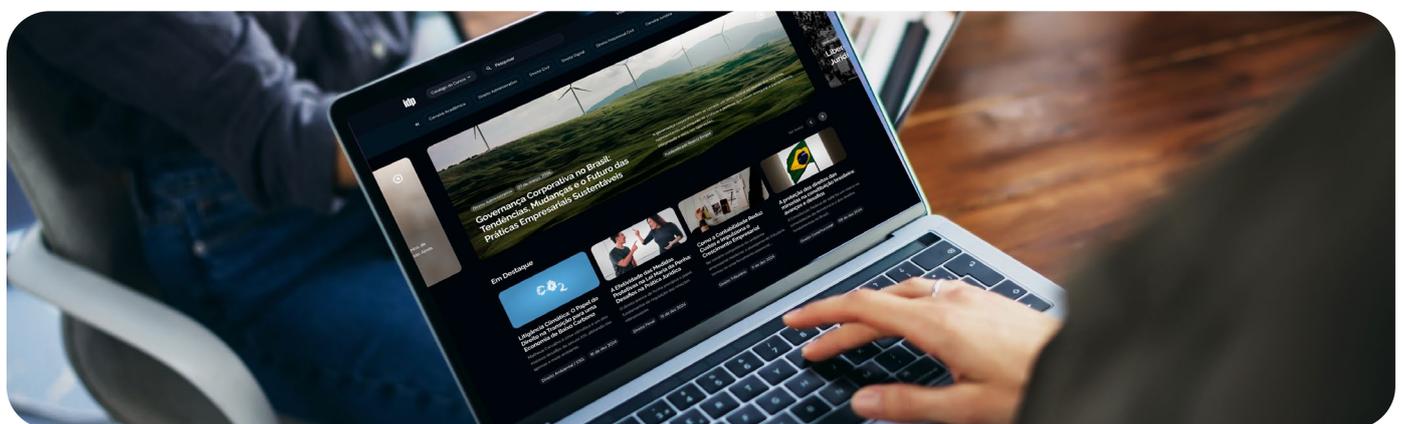
e. O texto deve conter: Título; Introdução; Desenvolvimento (Tópicos dos temas); Conclusão; Referências.

f. Devem ser escritos de forma clara e objetiva, com tom de linguagem pessoal.

g. O artigo deve ser dividido em subtítulos. (Por exemplo, se o tema é Reforma Trabalhista, o primeiro subtítulo pode ser "O que é Reforma Trabalhista?", o segundo "Qual a importância da Reforma Trabalhista?").

h. A escolha/aprovação do tema e da palavra chave será realizada junto com o Marketing. Deve-se repetir a palavra chave, de forma natural, ao longo do artigo, podendo fazer uso de sinônimos.

i. Cada citação no corpo de texto deve corresponder a uma referência completa na lista de referências ao final do artigo. As citações devem ser feitas na língua do artigo. No caso de citações cuja fonte original seja em língua estrangeira, a pessoa autora deve traduzir e indicar na referência a expressão "tradução nossa". Após a publicação do artigo não haverá mais a possibilidade de alterações, tanto dos dados pessoais quanto dos conteúdos anexados.



6. Da Avaliação dos Artigos

1. Os artigos serão analisados pelo Corpo de Acadêmico do IDP;
2. Critérios de avaliação:
 - a) **Pertinência, atualidade e originalidade do tema escolhido;**
 - b) **Inovação trazida pela abordagem;**
 - c) **Profundidade na abordagem do tema escolhido;**
 - d) **Qualidade da redação;**
 - e) **Estruturação do texto;**
 - f) **Adequação às normas previstas no edital;**
 - g) **Contribuição efetiva do trabalho para o avanço do conhecimento.**
 - h) **Qualidade da abordagem, compreendendo a argumentação e o raciocínio jurídico empregados no texto, o desenvolvimento como artigo técnico científico e a utilização correta dos conceitos empregados;**
 - i) **Elementos textuais, avaliando a redação empregada, clareza, coesão e coerência do texto em seu desenvolvimento e norma culta;**
 - j) **Adequação da conclusão aos objetivos propostos no texto;**
 - k) **Referências bibliográficas, pertinência e abrangência.**

7. Do Processo de Inscrição

Para realizar a inscrição, a/o candidata/o deverá:

a. Preencher o formulário de inscrição da página:

<https://pos.idp.edu.br/programa-editorial-do-idp-online/>

b. Comprovar ter realizado graduação, enviando o diploma de conclusão;

c. Submeter um artigo, de acordo com as normas informadas anteriormente;

d. O artigo será corrigido pela equipe acadêmica do IDP e em caso de aprovação, a/o candidato/a pode seguir com a matrícula no curso de interesse.

8. Dos Resultados

A lista final das/os candidatas/os selecionadas/os para o programa será divulgada pelo IDP, por meio de contato telefônico, até o dia 30 de julho de 2025.

9. Das Matrículas

As/os candidatas/os/es aprovadas serão comunicadas/os/es por e-mail, através de mensagem que conterà as orientações para formalização da matrícula. As aulas iniciarão nos dias 25,26 e 27 de agosto de 2025.

Anexo

Eixos Temáticos

Edital

idp

1. Direito e Tecnologia

Governança e regulação da internet; Fundamentos e conceitos do Direito Digital; Regulação das plataformas, democracia e fake news; Constitucionalismo Digital e Direitos Fundamentais; Direitos da Personalidade e Novas Tecnologias; Direito e Internet na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; Fundamentos da Proteção de Dados e estrutura de aplicação da LGPD; Regulamento Europeu de Proteção de Dados; Proteção de dados no setor público; Responsabilidade civil dos agentes de tratamento e os conceitos de operador e controlador; Autoridade Nacional de Proteção de Dados e sanções administrativas; Boas Práticas, governança e compliance na LGPD; Função do Encarregado (DPO); Proteção de Dados, Direito do Consumidor e o diálogo das fontes; Tecnologias de vigilância e monitoramento na segurança pública; Transferência internacional de dados, cooperação internacional e cloud act; Accountability e proteção de dados; Regulação e Concorrência de Plataformas Digitais; Inteligência Artificial e Direito; Liberdade de expressão; Propriedade Intelectual, Direitos Autorais e Novos Modelos de Negócio; Resolução On-line de Disputas; Indicação de sites; Regulamentação internacional comparada; Decisões internacionais; Estudos de conceitos específicos.

2. Direito Administrativo

Princípios do Direito Administrativo na prática; Organização Administrativa Brasileira; Direito Administrativo Econômico; Serviços Públicos e Parcerias na Administração Pública; Contratos Administrativos; Processos Administrativos; Direito Administrativo Sancionador; Tribunais de Contas e Processo de Controle Externo; Controle Judicial da Administração Pública; Responsabilidade de Agentes Públicos; Responsabilidade Civil do Estado; Governança Corporativa e Lei de Responsabilidade das Estatais; Mediação e Arbitragem no Setor Público; Licitações Públicas; Atualidades do Direito Administrativo; Análise de Jurisprudências; Reforma Administrativa.

3. Constituição, Estado e Democracia

Poder Constituinte e Reforma Constitucional; Interpretação e Aplicação da Constituição; Direitos Fundamentais; Ações Constitucionais e Garantias Constitucionais do Processo; Direitos Sociais; Direitos Políticos; Direitos Humanos; Organização do Estado; Organização dos Poderes; Jurisdição Constitucional; Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro; Ordem Econômica Constitucional; Emendas Constitucionais; Controle de Convencionalidade; Tratados, Acordos e Convenções Internacionais; Direito Internacional e a Constituição Federal; Análise das Decisões do Supremo Tribunal Federal; Direito Constitucional Comparado.

4. Direito Financeiro e Tributário

Direito Constitucional Tributário; Tributação internacional, Bitributação e Planejamento Tributário Internacional; Tributos sobre o Comércio Exterior, IPI, IOF e ITR; Tributos Municipais e Estaduais; EDITAL DE CHAMADA DE ARTIGOS - 1º Ed. BLOG DE DIREITO DO IDP Imposto de Renda; Contribuições; Planejamento Tributário; Processo Administrativo Tributário; Processo Judicial Tributário; Análise de Jurisprudência Tributária; Compliance em Direito Tributário; Reforma Tributária; Tributação e Novas Tecnologias.

5. Direito Penal, Criminologia e Processo Penal

Princípios do Direito Penal; Criminologia; Política Criminal; Direito Penal Econômico; Investigação Criminal; Provas e Nulidades no Processo Penal; Prisão, Medidas Cautelares; Liberdade Provisória; Recursos Processuais Penais e Remédios Constitucionais; Execução Penal; Legislação Criminal Especial; Estudos de casos e Legislação; Novas Tecnologias e Vigilância; Legislação Criminal Especial e Atualidades; Persecução Penal e Novas Tecnologias;

Estudos sobre polícias; Violência Doméstica; Temas em Criminologia, Raça e Gênero; Audiência de Custódia; Concessão da Prisão Domiciliar para Presos em Virtude do Covid-19; Pacote Anti Crime; Ativismo Judicial no Processo Penal.

6. Jurisdição e Direito Processual Civil na Ordem Constitucional

Conciliação, Mediação e Arbitragem; Tutela provisória; Direito Probatório; Execução e Cumprimento de Sentença; Recursos em geral; Precedentes e Soluções de Conflitos Reiterados; Procedimentos Especiais; Processo Civil e Novas Tecnologia; Análises Jurisprudenciais; Efetividade do "Novo" Código de Processo Civil; Atualidades no Processo Civil; Constitucionalização do processo; Devido Processo Legal; Jurisdição e Democracia.

7. Direito Eleitoral

Princípios do Direito Eleitoral; Democracia, Governo Representativo e Direitos Políticos; Sistemas Eleitorais e Partidários; Partidos Políticos; Elegibilidade e Inelegibilidade; Liberdade de Expressão, Fake News e Direito Eleitoral; Propaganda Eleitoral; Financiamento de Campanhas e Prestação de Contas; Sistema Recursal e Execução; Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral; Análise da Jurisprudência Eleitoral; Direito Eleitoral Comparado; A Influência das Tecnologias nas Eleições; Atuação do TSE nas Eleições; Urna Eletrônica x Voto Impresso; Publicidade Institucional na Internet; O Papel dos Provedores de Serviço de Internet e sua Responsabilidade no Processo Eleitoral; Direito à Informação; Remoção de Conteúdo; Direito de Resposta na Internet; Representação por Propaganda Eleitoral Ilícita; Pesquisas e Enquetes Eleitorais na Internet; Debates e Entrevistas com Candidatos na Internet.

8. Direito, Educação e Metodologias do Conhecimento

Novas Tecnologias e Educação; Metodologias Ativas; A Forma de Ensino no Brasil; Papel do Docente do Ensino Jurídico na Formação de Profissionais no Contexto Atual; A Crise do Ensino Jurídico e o Papel do Docente no Processo de Transformação da Realidade Social; Alteridade Como Perfil Ético e Solidário Do Professor ao se Colocar na Posição "Do Outro"; Direito à Educação e Educação Inclusiva; Direito Fundamental à Educação; O Estado e a Importância do Tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão; Pedagogia e Ensino Jurídico; Transdisciplinaridade no Ensino Jurídico; Educação como Direito Humano Fundamental; Educação e os Efeitos da Pandemia.

9. Direito e Regulação do Setor Elétrico

Fundamentos da Regulação e Governança do Setor Elétrico; Concorrência e Setor Elétrico; Direito Ambiental e Setor Elétrico; Integridade e Compliance no Setor Elétrico; Regime Jurídico da Gerção de Energia Elétrica; Mediação e Arbitragem no setor elétrico; Modelos Tarifários de Energia Elétrica.

10. Sociologia Jurídica

Crítica sociológica do Direito Brasileiro. A atuação do Supremo Tribunal Federal e do Poder Judiciário. Campo jurídico. Administração da justiça. Divisão de poderes; Legitimação do poder estatal; Judicialização da Política e Politização da Política; Discurso jurídico e contemporaneidade. Fluxo de processos jurídicos; eficiência da jurisdição; Eficácia do Direito; Assimetrias de Poder através do Direito; Clivagens de raça, gênero, classe e outras no Direito; Pesquisas Empíricas sobre administração dois conflitos; Análise do Sistema de Justiça Criminal; Acesso à Justiça; Interdisciplinaridade e Direito.



pos.idp.edu.br



@SEJAIDP | @IDPONLINE